



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS - UFAL
CENTRO DE EDUCAÇÃO - CEDU
CURSO DE PEDAGOGIA

CIBELLE DE JESUS GOMES VIEIRA
JOCILANE FERREIRA SILVA GOMES

A CLASSE HOSPITALAR NA VISÃO DOS FAMILIARES DE ESTUDANTES
EM REGIME DE INTERNAÇÃO PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

Maceió – AL
2025

CIBELLE DE JESUS GOMES VIEIRA
JOCILANE FERREIRA SILVA GOMES

**A CLASSE HOSPITALAR NA VISÃO DOS FAMILIARES DE ESTUDANTES
EM REGIME DE INTERNAÇÃO PARA TRATAMENTO DE SAÚDE**

Artigo científico apresentado como exigência parcial para a conclusão do Curso de Pedagogia do Centro de Educação da Universidade Federal de Alagoas.

Orientador (a): Prof. Dra. Elisangela Mercado

Maceió - AL
2025

CIBELLE DE JESUS GOMES VIEIRA

JOCILANE FERREIRA SILVA GOMES

A CLASSE HOSPITALAR NA VISÃO DOS FAMILIARES DE ESTUDANTES EM REGIME DE INTERNAÇÃO PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

Trabalho apresentado ao Colegiado do Curso de Pedagogia do Centro de Educação da Universidade Federal de Alagoas como requisito parcial para obtenção da nota final do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

Orientador/a: Prof. Dra. Elisangela Leal de Oliveira Mercado (CEDU/UFAL)

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em: 20/05/2025

Comissão Examinadora



Documento assinado digitalmente
ELISANGELA LEAL DE OLIVEIRA MERCADO
Data: 23/05/2025 23:06:11-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof./a. Dra. Elisangela Leal de Oliveira Mercado
(CEDU/UFAL) Presidente



Documento assinado digitalmente
PAOLA RIBEIRO DA SILVA
Data: 20/05/2025 11:57:41-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof./a. Ms. Paola Ribeiro da Silva
(UMESP) 2º Membro



Documento assinado digitalmente
MONICA PATRICIA DA SILVA SALES
Data: 21/05/2025 08:22:33-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof./a. Dra. Monica Patrícia da Silva Sales
(CEDU/UFAL) 3º. Membro

A CLASSE HOSPITALAR NA VISÃO DOS FAMILIARES DE ESTUDANTES EM REGIME DE INTERNAÇÃO PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

Cibelle de Jesus Gomes Vieira (UFAL)

ci.bellevieira@hotmail.com

Jocilane Ferreira Silva Gomes (UFAL)

jocilanne@hotmail.com

Elisangela Leal de Oliveira Mercado (UFAL)

elisangela.mercado@cedu.ufal.br

RESUMO

O presente estudo teve como objetivo analisar as percepções dos familiares de estudantes em regime de internação para tratamento de saúde sobre o serviço de Classe Hospitalar na garantia do direito à educação. Baseado nos estudos e pesquisas realizadas por Fontes (2005), Matos e Mugiatti (2012), Melo e Lima (2015), Medeiros (2018), Santos, Conceição e Cavalcanti (2019), Lima e Prado (2021), Mercado (2022) sobre Classe Hospitalar, a oferta do serviço, a função docente e o trabalho educacional-pedagógico em ambiente hospitalar, abrangendo a análise da legislação nacional e o contexto histórico-político do cenário educacional dos estudantes em tratamento de saúde no Estado de Alagoas. Trata-se de uma pesquisa qualitativa de cunho descritivo, do tipo estudo de caso. Realizada no Hospital Universitário Professor Alberto Antunes (HUPAA), em Maceió-Alagoas. Adotou como procedimentos e instrumentos metodológicos: a entrevista semiestruturada, realizada com os familiares; observação participante e registro em diário de campo dos momentos de atendimento pedagógico realizado com os estudantes em regime de internação e seus acompanhantes. A análise foi construída a partir das vozes dos familiares acerca da Classe Hospitalar, do atendimento pedagógico no hospital e do papel dos professores no desempenho de uma prática docente voltada aos estudantes em tratamento de saúde. Os resultados obtidos demonstram que a Classe Hospitalar é um direito previsto na legislação brasileira, que ainda não foi efetivado no contexto alagoano como política pública. As famílias reconhecem a importância do atendimento pedagógico no ambiente hospitalar, valorizam as estratégias pedagógicas relacionadas ao estudante em tratamento de saúde, alegando a contribuição que é dada a esse estudante para evitar a evasão, a repetência e o abandono escolar, auxiliando-o na reinserção à escola a cada alta hospitalar.

Palavras-chave: educação especial, classe hospitalar; família.

INTRODUÇÃO

A Classe Hospitalar é um serviço da Educação Especial destinado aos estudantes em tratamento de saúde, em regime de internação hospitalar ou

domiciliar, impossibilitados de frequentarem temporariamente a escola. Propõe a continuidade dos estudos e a garantia da educação, por meio da atuação do professor no ambiente hospitalar e de práticas pedagógicas especializadas e diferenciadas. Matos e Mugiatti (2012) destacam a importância dos hospitais oferecerem esse serviço, numa ação conjunta entre Secretaria de Saúde e Secretaria de Educação, nos estados e municípios. Trata-se de um trabalho colaborativo entre a equipe médica e educacional, assim os preceitos da Classe Hospitalar unem saúde e educação para planejar atividades pedagógicas que respeitem as condições físicas, psicológicas e emocionais de cada um dos estudantes.

A atuação do pedagogo, sob tal enfoque e ocupando o seu devido e nítido espaço - este ainda a ser conquistado no seu todo -, é, sem dúvida, uma reforçada contribuição ao trabalho multi/interdisciplinar no contexto hospitalar, tanto no que diz respeito às equipes técnicas, em que ele, pedagogo, tem condições de desenvolver um trabalho de sentido sincronizador didático, pedagógico educativo como, também, em relação aos usuários, na execução de atividades programadas (Matos; Mugiatti, 2012, p. 16).

Reconhecer a Classe Hospitalar como serviço essencial para o desenvolvimento pleno e melhoria no quadro de saúde do estudante hospitalizado revela um passo importante para o sistema de garantia de direitos, os cursos de formação de professores e o contexto hospitalar. Muitos estudos e pesquisas reconhecem a Classe Hospitalar como um serviço essencial para a melhoria da saúde e bem-estar do estudante em tratamento de saúde e a continuidade do seu desenvolvimento e da aprendizagem.

É papel do professor estimular o protagonismo e valorizar os saberes dos estudantes, por meio de metodologia lúdica e flexível, sem desconsiderar as condições de saúde e as diversas formas de aprendizagem no planejamento educativo. Para Matos e Mugiatti (2012) o distanciamento das vivências escolares devido ao tratamento de saúde e a sequência de internações hospitalares podem resultar em prejuízo educacional, social, depressão e outros problemas na saúde física, emocional, psíquica e mental.

Ao considerar que todos os estudantes devem frequentar a sala de aula comum, eliminando todos os serviços substitutivos à escolarização, a Classe Hospitalar e o Atendimento Pedagógico Domiciliar contribuem para a construção de um sistema educacional inclusivo ao garantir o acesso e acompanhamento do currículo ofertado pela sala de aula ao estudante hospitalizado, favorecendo seu reingresso à escola regular (Mercado, 2022, p. 89).

Nesse cenário, Melo e Lima (2015), citado por Fontes (2005), defendem que o professor deve estar preparado para ocupar este lugar, conhecendo o contexto da internação e suas peculiaridades. Assim, o professor deve fazer uso da escuta pedagógica, cujo objetivo consiste em acolher a ansiedade e as dúvidas da criança hospitalizada, criando situações coletivas de reflexão, construindo novos conhecimentos que contribuam para uma nova compreensão de sua existência e possibilitando a melhoria do quadro clínico dos estudantes. Ao interagir com os profissionais que estão em contato direto com o estudante em situação de internação e com os familiares o professor deve conhecer a história de vida de cada um, procurando desenvolver um trabalho pedagógico eficiente ao auxílio pessoal e educacional num momento delicado, configurando assim um processo de humanização no ato de educar. Por isso, quando os professores realizam atividades escolares no ambiente hospitalar, contribui significativamente para a melhoria do quadro clínico dos estudantes em tratamento de saúde, resgatando a capacidade de projetar o futuro e ajudar na readaptação à escola.

O presente estudo tem como objetivo analisar as percepções dos familiares de estudantes em regime de internação para tratamento de saúde sobre o serviço de Classe Hospitalar na garantia do direito à educação. Trata-se de uma pesquisa qualitativa de cunho descritivo, do tipo estudo de caso. Realizada no Hospital Universitário Professor Alberto Antunes (HUPAA) em Maceió-Alagoas, que adota como procedimentos e instrumentos metodológicos: a entrevista semiestruturada, realizada com os familiares; observação participante e registro em diário de campo dos momentos de atendimento pedagógico realizado com os estudantes em regime de internação e seus acompanhantes.

Para investigar as percepções das famílias de estudantes em tratamento de saúde, sobre o serviço de Classe Hospitalar na garantia do direito à educação, este artigo encontra-se organizado em três itens: o primeiro discute a Classe Hospitalar à luz do referencial teórico e legal adotado; o segundo apresenta a metodologia assumida nesta pesquisa; e, o terceiro descreve o contexto educacional e hospitalar estudado, complementado pela análise das entrevistas semiestruturadas com as famílias dos estudantes em tratamento de saúde em regime de internação no HUPAA.

A contribuição deste estudo consiste na ampliação de estudos sobre a Pedagogia Hospitalar e sua realidade no Estado de Alagoas, além de se destacar como uma pesquisa que reconhece e valoriza as percepções das famílias sobre o direito à educação para estudantes em tratamento de saúde e a importância do atendimento educacional pedagógico em ambiente hospitalar.

Este artigo está organizado em quatro partes: na primeira seção é discutido a Classe Hospitalar como serviço da Educação Especial que assegura o direito à educação para estudantes em tratamento de saúde impossibilitados de frequentarem a escola. Na segunda parte temos a metodologia da pesquisa. Na terceira parte o perfil das famílias entrevistadas neste estudo e, por fim, na quarta parte temos as percepções dos familiares sobre a classe hospitalar

Classe Hospitalar: a luta pelo direito à educação nos hospitais

As práticas educacionais em ambiente hospitalar tiveram início em 1950 no Hospital Municipal Jesus, localizado na cidade do Rio de Janeiro, considerado o hospital referência em classe hospitalar mais antigo no Brasil (Fonseca, 1999). Em 1998, a professora Dra. Eneida Fonseca realizou uma pesquisa e identificou cerca de 30 classes hospitalares em todo o Brasil, a maioria localizada na região Sudeste. Desde então, o Brasil ainda não conseguiu universalizar a oferta deste serviço. Estes dados apontam que o atendimento educacional em classe hospitalar ainda não é um direito assegurado às crianças brasileiras. Para a autora, a escassez desse serviço, em especial, nas regiões Norte e Nordeste impacta diretamente na baixa oferta e no desconhecimento dos responsáveis legais do papel do Estado na garantia do direito à educação.

O direito à educação está previsto na Constituição Federal de 1988, reconhecido como dever do Estado e da família, promovido e incentivado em colaboração com a sociedade. A classe hospitalar é a garantia do exercício desse direito seja nos hospitais ou no domicílio. De acordo com Santos, Conceição e Cavalcanti (2019, p. 636) “[...] as classes hospitalares são as únicas formas de garantia da efetivação do direito à educação para esses indivíduos.”

Corroborando com o currículo escolar, o atendimento educacional pedagógico proporcionado ao estudante em tratamento de saúde tem como finalidade máxima o desenvolvimento pleno, o exercício da cidadania e a qualificação para o mundo do trabalho. Com a publicação da Resolução CNE/CEB nº 02/2001 os sistemas de educação são orientados a ofertarem a Classe Hospitalar, com professores especializados e práticas pedagógicas diferenciadas (Brasil, 2001). Durante o tratamento de saúde e nos momentos de internação o acolhimento pelo professor é fundamental. O trabalho pedagógico deve vir acompanhado da escuta dos estudantes, seus familiares e do diálogo com a equipe multiprofissional.

Nessa perspectiva Mercado (2022, p. 90) afirma que “[...] o debate sobre importância da educação para as crianças ou jovens em tratamento de saúde, compreendendo o acesso à educação como um direito à continuidade da vida e como um resgate da cidadania e da dignidade social”. Com a aprovação da Lei nº 13.716/2018 o atendimento educacional à criança em tratamento de saúde pode ser ofertado em ambiente hospitalar e domiciliar (Brasil, 2018). O papel do professor em ambiente hospitalar consiste em proporcionar a continuidade das atividades educativas durante o período que estiver impossibilitada de frequentar a escola, auxiliando desta forma no processo de desenvolvimento e aprendizagem à medida em que minimiza os efeitos da interrupção dos estudos.

Para Teixeira, Souza e Ramos (2017) o atendimento educacional pedagógico para estudantes em tratamento de saúde deve estar apoiado na compreensão de que o adoecimento representa uma das situações de afastamento da escola, tanto de forma permanente como temporária, de modo que a escolarização não seja interrompida durante o período de afastamento da escola. Henriques e Caíres (Brasil, 2014) esclarecem que o processo de hospitalização provoca grandes mudanças na vida das crianças, cuidadores e familiares. Mercado (2022, p. 86) acrescenta que “[...] o atendimento pedagógico-educacional hospitalar é reorganizado, permitindo o amparo, o fortalecimento da autoestima, a melhoria na qualidade de vida e a garantia da continuidade ao processo educacional”.

Matos e Mugiatti (2012) classificam como “Enfermidade social”, o distanciamento ocasionado pela doença que coloca em risco duas

perspectivas, tidas como essenciais: a saúde e a educação. É de suma importância que nos hospitais haja uma equipe de multiprofissionais com a presença de professores. Nesta equipe, o professor defende a necessidade dos estudantes manterem as atividades escolares durante o tratamento médico. Bem como, a importância de uma classe hospitalar, pois é a partir dela que o estudante verifica como outros estudantes que passam pela mesma situação se alfabetizam.

Dentre os desafios enfrentados, as limitações e os sentimentos decorrentes das recorrentes internações agravam a enfermidade, aumentando os efeitos colaterais, mal-estar, indisposição, restrições alimentares, internações constantes uso de elementos hospitalares como sonda, bolsa de colostomia, cateter e baixa autoestima. Tais fatores influenciam diretamente em seu tratamento médico e afetam seu retorno às atividades básicas do dia a dia e à escola durante ou após o período de tratamento da doença, principalmente, no convívio social com os outros estudantes da instituição de ensino de origem.

Fonseca (1999) aponta que a Pedagogia Hospitalar é de extrema importância para a continuidade do processo de ensino e aprendizagem dos estudantes em regime de internação nos hospitais para tratamento de saúde. A classe hospitalar passa a ser serviço fundamental para o estudante acreditar que pode aprender. A manutenção e o fortalecimento de vínculo com a escola de origem proporcionam a crença no retorno à vida social e escolar.

A interação entre profissionais da educação auxilia no desenvolvimento e na aprendizagem, aumenta a capacidade na participação dos estudantes em atividades que auxiliam no desenvolvimento, na autonomia, no protagonismo e, contribui para seu retorno à escola após sua alta hospitalar.

[...] a Classe Hospitalar é um serviço de atendimento com ferramentas próprias para assegurar o direito à educação. Seu ponto central é a prática educativa vinculada ao currículo escolar, à aprendizagem e ao desenvolvimento integral do estudante. Entende-se que sem a oferta do serviço e sem um bom planejamento da ação pedagógica a ser desenvolvida, essas crianças e jovens correm um risco maior de reprovação e evasão, configurando um quadro de fracasso escolar (Mercado, 2022, p. 89).

A escola deve ser um ambiente formativo e acolhedor, principalmente, no regresso do estudante à sala regular da instituição de ensino em que está matriculado. Conforme a Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU,

1948), toda a criança tem direito à dignidade humana, incluindo saúde e educação. Para tal, a pedagogia hospitalar deve proporcionar a igualdade de oportunidades, possibilitando a redução das desigualdades sociais e educacionais. Fonseca (1999) afirma que:

A disponibilidade de espaços próprios (escola hospitalar) para o atendimento pedagógico-educacional não invalida o atendimento junto ao leito para as crianças que assim o necessitarem (crianças em isolamento imunoprotetor, crianças em unidades de intensivismo pediátrico etc.) (Fonseca, 1999, p. 123).

A autora alega também que este atendimento pode ser realizado no leito, pois o atendimento educacional pode ser executado em ambiente não escolares, no caso do hospital, não é necessário ter uma classe hospitalar.

METODOLOGIA

Esta pesquisa está aprovada no Comitê de Ética e Pesquisa (CEP/UFAL), sob o CAAE nº 58233622.0.0000.5013, articulada às ações de extensão do Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação Hospitalar de Alagoas (GEPEHAL), coordenado pela professora Profa. Dra. Elisangela Leal de Oliveira Mercado, vinculado ao Grupo de Pesquisa do CNPQ, Núcleo de Estudos em Educação e Diversidades (NEEDI).

O lócus do estudo é a Universidade Federal de Alagoas (UFAL), campus Maceió, que de tempo em tempo desenvolve atividades de extensão no HUPAA com o intuito de assegurar aos estudantes em regime de internação o atendimento pedagógico em ambiente hospitalar, nos moldes da Classe Hospitalar. Apesar das várias propostas de oferta deste serviço, elas não foram capazes de instituir este serviço como Política Educacional, ou seja, nunca foi um serviço reconhecido pelas Secretarias de Educação e Saúde, nem assumido pelo poder público como política educacional em prol de assegurar a estes estudantes a continuidade dos estudos e o direito à educação, enquanto é garantido o direito à saúde.

Trata-se de uma pesquisa qualitativa do tipo Estudo de Caso e natureza descritiva, realizada no setor de pediatria do HUPAA. Este tipo de pesquisa contribui de maneira singular para a ciência, resultando em achados

significativos acerca de diversos aspectos sobre a Pedagogia e a Classe Hospitalar.

Para analisar o contexto histórico e educacional, de modo que haja um detalhamento mais preciso do fenômeno pesquisado, aplicou um Roteiro de Entrevista (Apêndice 1) com os familiares dos estudantes em regime de internação. Além da observação participante e do registro em diário de campo dos momentos de atendimento pedagógico desenvolvidos pelos estudantes extensionistas do Curso de Pedagogia que atuam diretamente com os estudantes em tratamento de saúde, garantindo-lhes o direito à educação nos limites do trabalho imposto. Mesmo sem o reconhecimento de política pública de Estado, o trabalho desenvolvido pelos extensionistas busca auxiliar os estudantes em regime de internação no acompanhamento do currículo escolar. As atividades desenvolvidas tentam dialogar com as atividades propostas pelas escolas em que esses estudantes estão matriculados.

O período de pesquisa teve início e término no primeiro semestre de 2024, entre os meses de março e abril. Antecedendo a coleta de dados foi realizado em dias alternados durante duas semanas, visita e conversa nos leitos com os estudantes e seus familiares para entendermos quais elementos são fundamentais a serem observados e investigados neste estudo.

Participaram desta pesquisa cinco familiares¹ que estavam acompanhando a evolução do tratamento de saúde dos estudantes com idades entre 3 e 19 anos, que sempre aguardavam ansiosamente a alta hospitalar. As entrevistas com os familiares ocorreram nos leitos hospitalares e no corredor da enfermaria do setor pediátrico por ser considerado um ambiente mais confortável e seguro para ambos e, de forma concomitante ao momento em que cada estudante recebia o atendimento pedagógico.

Os critérios de inclusão foram os familiares presentes como responsáveis legais que estavam acompanhando os pacientes internados com idades entre 3 e 19 anos e os critérios de exclusão dos participantes foram quem estavam internados, mas apresentavam um quadro de doenças infecciosas graves ou que tenham passado por procedimentos cirúrgicos

¹ O termo “familiares” diz respeito às mães e pais que acompanhavam as crianças e adolescentes hospitalizados durante o processo de internamento. Muitos dedicavam cerca de 60 horas semanais de acompanhamento direto a esse público, retornando para sua residência no dia em que o médico liberava a alta hospitalar.

recentes e não podiam obter contato com indivíduos do ambiente externo ao hospital.

As entrevistas foram aplicadas pelas próprias pesquisadoras, em um dia acordado previamente com cada participante, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) foi disponibilizado para os participantes que após lido, esclarecido e realizado o aceite por meio da assinatura no TCLE. Elas foram registradas em áudio em um gravador digital de voz e transcritas para estudo. Todos os participantes responderam às perguntas semiestruturadas conforme segue em anexo e os dados coletados foram inseridos no banco de dados. A duração de cada entrevista foi de aproximadamente 10 minutos, a maioria respondeu os questionamentos de forma clara e objetiva.

As respostas obtidas nas entrevistas estão relacionadas ao número total de entrevistados e vistas à luz da Análise do Conteúdo (Bardin, 2016), sendo observado tudo o que foi dito pelo entrevistado, com o intuito de compreender a realidade desses estudantes e de seus responsáveis no que diz respeito ao conhecimento que eles tinham sobre o direito dos estudantes à educação no ambiente hospitalar.

A análise de conteúdo, se multiplica as aplicações, marca um pouco o passo, ao concentrar-se na transposição tecnológica, em matéria de inovação metodológica”. Mas observa com interesse as tentativas que se fazem no campo alargado da análise de comunicações: lexicometria, enunciação linguística, análise da conversação, documentação e base de dados etc. (Bardin, 2016, p. 31).

Seguindo este mesmo pensamento sobre o método e como devemos proceder com a análise dos dados das entrevistas realizadas, esta pesquisa corrobora com a ideia de que:

A análise de conteúdo corresponde a um conjunto de técnicas por meio das quais se pode analisar um grupo de dados. É bastante utilizada em pesquisas qualitativas, especialmente nas investigações da área da educação, por tratar-se de uma forma muito eficaz de se compreender os conteúdos nem sempre manifestos de um discurso (seja um texto, um gesto, ou a enunciação de uma frase, isso é, qualquer forma de comunicação (Valle; Ferreira, 2023, p. 23).

Os dados coletados foram analisados considerando o levantamento das percepções das famílias sobre a classe hospitalar, o tipo de atendimento oferecido e o papel do professor. Neste estudo foram realizadas entrevistas com questões semiestruturadas, produzidas pelas próprias pesquisadoras no mês de março de 2024, incluindo as seguintes informações: dados de

identificação dos entrevistados, sociodemográficos, qual a doença (pois associa-se com a internação), tempo de internação, nível educacional do paciente que é do seu cuidado, conhecimento sobre o direito à educação hospitalar e qual a visão do familiar sobre a atuação do professor no ambiente hospitalar.

O perfil das famílias entrevistadas

A entrevista semiestruturada foi realizada no formato presencial com os familiares que estavam acompanhando estudantes com idade entre 3 e 11 anos, internados no HUPAA para realizar tratamento de saúde. A faixa etária dos familiares entrevistados varia entre 27 e 53 anos e o nível educacional varia entre nenhuma escolaridade ao ensino médio e técnico (tabela 1). Apenas uma das entrevistadas está cursando técnico em enfermagem. Todos os familiares residem em cidades do interior de Alagoas e seus filhos [estudantes] estão matriculados em escolas da rede municipal nos municípios de residência.

Tabela 1. Caracterização da amostra segundo variáveis sociodemográficas.

Participante (P)	Gênero	Idade	Escolaridade
1	Feminino	29 anos	Ensino Médio
2	Feminino	27 anos	Ensino Médio/Técnico
3	Masculino	53 anos	Analfabeto
4	Feminino	33 anos	Ensino Médio Incompleto
5	Feminino	50 anos	Ensino Fundamental Incompleto

Fonte: dados próprios.

Iniciamos as entrevistas com os familiares questionando-os sobre seus dados de identificação, como as escolaridades dos familiares, dos estudantes internados e suas respectivas idades, o P1 alega que tem 29 anos de idade e estudou até o 3º ano do ensino médio, sua filha tem 7 anos de idade e está matriculada no 2º ano do ensino fundamental de uma escola municipal do município de Girau do Ponciano, onde reside. Sobre o período de internação para tratamento médico foi informado que: “Ela fica internada de 4 a 5 dias” e

tem uma constância de retorno ao hospital a cada 4 meses para fazer seu tratamento.

Quando questionada sobre a classe hospitalar ela respondeu que: “Nunca ouvi falar não, a primeira vez foi agora”. E sobre a assistência do hospital sobre pedagogia hospitalar no auxílio da educação do estudante, além da brinquedoteca, ela alega que: “Não, só da ‘teca’ mesmo, sobre isso aí não”. Sobre a atuação do professor dentro do hospital, ela respondeu que: “É legal, é importante porque a criança se desenvolve mais né”, perguntamos se o estudante já tinha repetido de ano, a P1 respondeu: “Sim, ele tem atraso na escola, inúmeros”.

Em seguida, indagamos sobre a participação do seu filho nas atividades propostas pelos estudantes extensionistas, se o estudante em tratamento de saúde tinha alguma dificuldade para aprendizagem. A entrevistada nos respondeu que: “Não, falou mais ou menos da visita e da ‘teca’, só que ela gosta mais, é mais bonzinho, já na questão de aprender ela é meia lá e cá”. E, complementou: “Eu ia procurar (aulas de reforço), mas falando com uma delas (extensionistas) me falaram que não precisava não, eu ia pagar, mas ela (extensionistas) falou que ela não precisava não”. A fala da P1 demonstra que é uma prática comum para muitos familiares pagar reforço escolar particular para que seus filhos não percam o ano letivo ou abandonem a escola.

A P2 informa sua idade de 27 anos, que cursou o ensino médio completo e está cursando atualmente o técnico em enfermagem, seu filho tem 7 anos, está matriculado no 2º ano do ensino fundamental em uma escola municipal no município de Batalha onde reside. Ao perguntarmos ao P2 se ela já pensou em buscar algum tipo de assistência para seu filho neste período que fica afastado da escola, a entrevistada respondeu: “Não, porque quando eu estou no hospital ele é bem assistido, tem a medicação, brincadeiras e tudo. Ele é bem assistido aqui e que nunca chegou a atrapalhar no desenvolvimento dele”, durante o período que fica internado. Questionamos se neste período em que o estudante fica internado, já recebeu alguma assistência pedagógica, a P2 diz que: “É a primeira vez que recebeu essa assistência e o hospital nunca informou sobre este serviço”.

Com relação às visitas (extensionistas) que os estudantes em tratamento de saúde recebem, foi perguntado: o que você acha que contribui

para a criança quando está interna? P2 respondeu: “Porque tipo, eles aqui já ficam muito eufóricos por estar na medicação, né! E vocês vindo, vai ocupar a mente deles e eles vão aprender mais uma coisinha que tem que ser feita”. P2 já havia notado algum tipo de atraso no estudante. Com relação ao desenvolvimento educacional foi perguntado se neste momento que ele fica interno como avalia o trabalho realizado, se há atraso: a entrevistada relatou que “Não, não, até porque ele aqui pinta, conta historinhas, mas não tá não atrasado não”.

Ao ser questionado qual a sua opinião sobre a presença da brinquedoteca e como este espaço tem contribuído no processo de desenvolvimento do estudante. P2 então respondeu: “Contribui porque lá ele vai desenvolver a coordenação motora, ocupar a mente e tirar um pouco da rotina do hospital”. Ao ser questionada se a brinquedoteca substitui a classe hospitalar e se haveria diferença caso houvesse uma sala com um professor disponível para ensiná-los, a P2 nos respondeu que: “Não, eu acho que se juntar as duas pode ficar melhor, né!?”. A fala da P2 nos mostra a necessidade de ter este trabalho da classe hospitalar e que é muito importante para a aprendizagem da criança, pois a mãe reconhece que sua filha gosta muito de estudar e quando está internada sente muita falta da escola.

O P3 declara ter 53 anos de idade e nunca estudou, seu filho tem 4 anos de idade e está matriculado no primeiro ano de uma creche escola localizada no município de Maragogi, local em que reside. Sobre o período de internação para tratamento médico alega que: “Ele é internado de duas a três vezes no ano, fica de um a dois meses internado como agora recente”.

No que se refere a utilização da brinquedoteca ou da classe hospitalar, P3 diz que: “Ele gosta muito da brinquedoteca, e é só para brincar mesmo, ele chora para ir para lá, porque tem uns brinquedos e um computadorzinho para ele brincar”. O questionamos sobre a busca de assistência educacional para o estudante no período de internação ou para assistência domiciliar por estar impossibilitado de ir à escola. P3 respondeu que não tem nenhum conhecimento deste direito da criança a estudar enquanto está internado, e se lhe foi informado algo por parte do HUPAA: “O hospital por enquanto não passou nenhuma informação não, não falou nada não, nesse período que ele está internado”.

Este se trata do relato do único pai que estava acompanhando seu filho por estar desempregado e que se mantém de 1 a 2 meses internado sem apoio pedagógico e distante do convívio com os colegas da escola, ele narra que “Até porque quando eles adoecem, eles ficam fora do colégio sem assistência”. No meio da entrevista perguntamos sobre as dificuldades de readaptação de retorno à escola, respondendo: “Tem, sim com certeza, porque quando ele fica sem assistência, ele já não volta como estava na escola, atrasa porque ele já não está mais da forma que já estava na escola”. A fala do pai entrevistado aponta que há um desconhecimento do direito assegurado por lei ao seu filho, determinando que a oferta de assistência educacional especial enquanto está afastado da sala de aula para receberem o tratamento de saúde. Quando fica internado no HUPAA, o refúgio é a brinquedoteca, em que a criança chora para brincar e o que mais gosta é de mexer no computador.

A P4 tem 33 anos de idade e estudou até o 1º ano do ensino médio, sua filha tem 3 anos de idade e está matriculada em uma creche municipal localizada no município de Arapiraca, onde reside: “É o primeiro ano que ela foi matriculada na escola”. Sobre o período de internação para tratamento médico afirma que: “Tem um ano e quatro meses que ela faz tratamento em Maceió, mas aqui foi o ponto final para espera do problema dela, foi dado entrada neste hospital aqui desde janeiro (2024)”.

Ao questionarmos sobre seu conhecimento acerca da classe hospitalar e a assistência educacional especial que o HUPAA pode dar a sua filha, a P4 alega que nunca ouviu falar na classe hospitalar, e diz que: “Eu acho que sim, porque nesse tempo que eu ando, um ano e pouco já nos hospitais, eu conheci muita gente que passam três, quatro meses no hospital. E teve uma mãe que passou oito meses no hospital, não teve nenhuma assistência da escola, porque quem tá internado não tem como estudar, só fica para o tratamento médico”.

Perguntamos se algum profissional do HUPAA a procurou para falar sobre este direito ao auxílio educacional para sua filha durante a internação e se ela teve alguma dificuldade no retorno à escola, a P4 esclarece que: “Não, ninguém do hospital me procurou, mas assim vai depender de criança a criança, a minha filha eu a acho muito esperta, assim, foi a primeira vez que ela foi para a escola e não tem nem 15 dias que ela entrou. Ela é uma menina

muito esperta, aí eu sempre incentivei, eu como mãe não trabalho, eu incentivo, como por exemplo desenho educativo, até porque ela tem 3 anos, ela sabe coisas de inglês por isso, as cores, já sabe alguns números. Ela sabe e associa as cores ao nome em inglês, eu fico besta, quando ela foi pra creche a professora disse ela já estudou, aí eu disse que não, ela nunca estudou, e que estuda comigo em casa. Eu fico incentivando porque com três anos já era para estar na escola para futuramente não atrasar muito, aí por conta do problema dela (de saúde) eu coloquei agora”.

Complementou sua fala afirmando que: “Ela não fica muito tempo internada, tem crianças que ficam mais tempo, quando ela tinha dois anos ela passou dois meses internada no Hospital da Criança. Como ela tinha dois anos já poderia até está em uma escolinha, e se ela tivesse um complemento assim no hospital para mim ia ser melhor, porque tem problemas que mexe com ela, os remédios mexem com o organismo, o psicológico e principalmente da minha filha, com esse negócio do corticoide, essas coisas, ela as vezes fica lenta, a mentalidade lenta, o crescimento lento, o corpo também, então assim, se tivesse era muito bom, vai ajudando, por isso que eu, opinião própria como mãe, eu sei que ela baixa muito a imunidade dela, mas eu queria, porque ela pedia muito, via os priminhos ir, aí eu fui e coloquei ela na escolinha mas assim, já tá sabendo de muitas coisas, conhece as cores, as letras mas dependendo de primeiramente de mim, porque eu comecei em casa”.

Ao questionarmos sobre a utilização da brinquedoteca, investigando se em sua opinião a brinquedoteca contribui para o desenvolvimento educacional ou teria uma diferença se estivesse na classe hospitalar a entrevistada diz que: “Vai ter diferença, porque tipo assim, a brinquedoteca é mais assim para brincar e no meu ver pra tipo, quando a criança tiver muito febril, brincar, pintar, tem os brinquedos de língua inglesa, os meninos (extensionistas de outros projetos do HUPAA) são bem legais e as meninas também, porque tipo, como você falou, que seria para estudar, e a brinquedoteca não é pra ser assim né!”.

E sobre as dificuldades que sua filha tinha no retorno à escola, após alta médica, a P4 respondeu que: “Quando levei ela, vai normal, ela nem chorou, quem chorou fui eu, porque eu disse a ela: minha filha, o que eu não pude fazer por você, vou fazer, assim, porque eu trabalhei cedo, eu quero fazer de você uma pessoa estudada, ter um estudo bom, que você faça faculdade que

eu não fiz, o seu pai também não fez, então a gente primeiro deve incentivar em casa, graças à Deus ela é uma menina muito inteligente, isso ela é.”

A fala de P4 aponta a importância do apoio da família e do acesso à informação sobre os direitos assegurados por lei, inclusive à educação. Para que os pais tenham a consciência de que o estudante mesmo passando por momentos difíceis em seu tratamento de saúde nunca deve deixar de aprender, e ter esse acompanhamento do profissional de educação e contribuição para seu desenvolvimento educacional.

Finalizamos nossas entrevistas com a P5 que tem 50 anos de idade. Ele estudou até o 1º ano do ensino fundamental, sua filha tem 11 anos de idade e está matriculada no 6º ano do ensino fundamental de uma escola municipal de Maragogi. Ao questionado sobre o período de internação para tratamento médico, alega que devido a sua enfermidade, sua filha é bem recorrente ao hospital com constantes internações para dar continuidade ao tratamento e por muitas vezes tomar a medicação errada, acarretando novas crises.

A estudante e seus familiares não são alfabetizados, mesmo ela estando no 6º ano, os extensionistas têm utilizado metodologias para auxiliar a estudante na compreensão do uso de seus medicamentos para que reduza sua constância ao hospital, além de que, fazer uso da medicação incorreta acarreta novas crises e sem falar do risco que podem levar à óbito.

Perguntamos ao P5 se tem algum conhecimento sobre a classe hospitalar, que nos respondeu simplesmente com: “Não”. Ao questionarmos sobre a importância do professor no acompanhamento ao estudante durante o período que estiver no hospital, nos diz que: “É, pelo menos ela tá estudando”. Questionamos também se a P5 já havia notado algum tipo de atraso na estudante, com relação ao desenvolvimento educacional neste momento que ela fica internada, nos relatou que: “é”, ou seja, enquanto está internada, atrapalha bastante seu desenvolvimento escolar pois foi relatado que a estudante gosta muito de estudar. O conhecimento do direito e a busca de assistência educacional para a estudante no período de internação ou para assistência domiciliar no município a qual reside, por estar impossibilitado de ir à escola, levou o P5 a responder: “Não, nunca teve. Perguntamos se algum profissional do HUPAA a procurou para falar sobre este direito ao auxílio educacional para sua filha durante a internação, a P5 informou que: “Não.”

Dentre todos os participantes, esta última nos respondeu com pouquíssimas palavras, no entanto foram claras e objetivas, tornando notável a cada um deles suas particularidades e vivências, podemos observar que estes vivenciam diariamente o não cumprimento dos direitos disponibilizados por lei, e que infelizmente não é posto em prática. Diante destes relatos, reforçamos, portanto, a importância da atuação deste profissional da educação especial em ambientes não escolares, destacando a necessidade de aplicabilidade destas atividades que tem por objetivo auxiliar no processo de desenvolvimento do ensino e aprendizagem destes estudantes enquanto estão afastadas temporariamente do ensino regular para realizar seu tratamento de saúde.

As percepções dos familiares sobre a classe hospitalar

Os dados provenientes das entrevistas com os familiares de estudantes em regime de internação na área de pediatria do HUPAA têm o caráter de investigar as percepções destes sobre o serviço de Classe Hospitalar, como dever do Estado para todos os estudantes em tratamento de saúde. O desconhecimento dos participantes sobre esse serviço aponta que este é um direito que não tem sido garantido às crianças hospitalizadas no estado de Alagoas.

Com exceção de Alagoas, Bahia e Pernambuco (É importante considerar que esses três estados têm, em suas capitais, legislação municipal garante o atendimento pedagógico hospitalar), todos os estados do Nordeste têm políticas estaduais de educação especial (Lima; Prado, 2021, p. 1375).

O estado de Alagoas não possui nenhuma legislação estadual sobre o atendimento pedagógico hospitalar.

[...] a maioria das leis [...], determinam a criação das classes hospitalares a partir de uma parceria entre as secretarias de educação e secretarias de saúde, considerando a humanização em um processo de integração entre ambas as áreas (Lima; Prado, 2021, p. 1377).

Para tal, as autoras lembram que o ponto fundamental não reside no fato de que os estados tenham em suas leis e resoluções a garantia do acesso à educação aos escolares hospitalizados, é importante que este direito seja efetivado. De acordo com Medeiros (2018) na região Nordeste nos anos 2010

havia apenas um hospital universitário que possui classe hospitalar regulamentada.

O estado de Alagoas não tem a prática voltada à Pedagogia Hospitalar, as crianças internadas não recebem auxílio de profissionais qualificados para acompanhá-las no período em que estão internadas para tratamento de saúde. Ao visitar o HUPAA nos deparamos com uma sala de brinquedoteca, que por sua vez tem um papel muito importante para acolher a criança com o lúdico e, assim proporcionar momentos agradáveis, amenizando os impactos emocionais das crianças por estarem restritos em um ambiente interno e distante de suas rotinas habituais e do meio social em que estão inseridas.

Além de serem direitos, às classes hospitalares, o atendimento no leito e a brinquedoteca hospitalar desempenham um papel muito importante para o desenvolvimento integral e continuidade da aprendizagem da criança e jovem hospitalizado, visto que recuperam a socialização infanto juvenil por meio de um processo de inclusão social (Mercado, 2022, p. 94).

Diante da falta de reconhecimento do professor hospitalar e da oferta ao direito da criança e adolescente em ter o acompanhamento educacional mesmo fora do ambiente escolar, nesta pesquisa foi observado a imensa lacuna que precisa ser preenchida na área da educação. É possível identificar essa carência em todo o país, tornando-se uma responsabilidade que envolve o Estado, Município e as instituições de ensino que formam professores, pois nos cursos de licenciatura em pedagogia é mínima a abordagem e a formação para a atuação destes profissionais em Classes Hospitalares.

O HUPAA possui uma sala destinada ao atendimento das crianças hospitalizadas, que poderiam receber a assistência pedagógica, no entanto não é utilizada, pois não possui mobiliários necessários para funcionamento de uma classe hospitalar. E, como não possui professor lotado nesta unidade para desenvolver atividades essenciais com estes estudantes que se encontram em tratamento de saúde, segue sem ser ocupada.

No estado de Alagoas a atuação ocorre apenas por parte dos extensionistas do curso de pedagogia UFAL que se empenham em busca de cursos de aperfeiçoamento, projetos e grupos de estudos e pesquisa voltados a esta temática, atuando de forma voluntária no HUPAA. Este espaço já recebeu vários grupos de estudos e pesquisas, que vão em busca de experiências e reconhecimento na importância deste trabalho, levando aos

estudantes em tratamento de saúde a uma possibilidade de continuidade em seu processo de ensino e aprendizagem com uma abordagem diferenciada, lúdica e acolhedora. Os extensionistas fazem a vez de professores ao buscarem conhecimentos sobre a área e aplicá-los nas atividades desenvolvidas durante o atendimento educacional pedagógico, conforme as possibilidades e as necessidades dos estudantes hospitalizados, adotando sempre uma abordagem lúdica e acolhedora. De forma limitada, lhes oferecem um direito constitucional que até então, não lhes é garantido, isso não apenas na cidade de Maceió, mas em todo o estado de Alagoas.

As atividades lúdicas desenvolvidas pelos extensionistas do curso de Pedagogia da UFAL e aplicadas no hospital, foram avaliadas pelos familiares como uma ação prazerosa que auxilia na participação dos estudantes e favorece a execução das atividades escolares. Tais atividades têm como objetivo relacionar o trabalho realizado no ambiente hospitalar com o conteúdo desenvolvido na escola, por meio de momentos prazerosos e acolhedores. Os estudantes em tratamento de saúde são motivados a participarem, de modo a favorecer o processo de desenvolvimento do ensino e aprendizagem. Esta prática contribui de forma positiva no tratamento das crianças, melhorando seu estado emocional e favorecendo a recuperação clínica e psicológica.

Percebe-se por meio dos dados coletados que assim como o pressuposto inicial que a Classe Hospitalar ainda é carente de conhecimento por parte dos pais e de valorização pela equipe de multiprofissionais. Os professores que desejam atuar na área devem ter formação especializada, a fim de desenvolver metodologias para atender a necessidade de cada estudante que varia conforme sua enfermidade e limitações.

Durante o período da aplicação de realização da pesquisa foi possível identificar o quanto é importante e faz bem para as crianças e adolescentes esses momentos de interação, brincadeiras e aprendizados realizados pelos extensionistas. A preocupação não se resume na continuidade de seu processo de ensino e aprendizagem, mas principalmente no acolhimento diferenciado e momentos de interação com cada estudante por meio das atividades lúdicas, utilizando brinquedos educativos, tornando o aprendizado mais agradável.

No decorrer da pesquisa foi possível identificar que, em relação ao conhecimento dos familiares no que se refere ao direito dos estudantes internados, ao receber essa assistência pedagógica enquanto estão ausentes da sala de aula, nenhum dos familiares participantes da pesquisa tinham conhecimento deste direito. O hospital não repassa informações sobre este acesso e a possibilidade de continuidade das atividades escolares no período em que estão internos naquele ambiente, até mesmo porque não tem pedagogo lotado na unidade para desenvolver este trabalho.

Todos os familiares participantes da pesquisa têm uma visão positiva da atuação do professor no hospital, alegando a contribuição que é dada à criança ao se desenvolver mais e evitar atraso em seu ensino regular. Algumas crianças preferem ficar na brinquedoteca por gostarem mais da liberdade em brincar e por ter mais opções de brinquedos, entretanto segundo os entrevistados isto não exclui a necessidade de ter uma classe hospitalar, um ambiente voltado ao olhar pedagógico e cumprimento do direito à educação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A integralidade das políticas voltadas à saúde e educação consiste em um processo de construção coletiva de conhecimentos, visando a implementação da classe hospitalar no Estado de Alagoas, como instrumento de garantia do direito à educação para todos, em especial aos estudantes em tratamento de saúde. Surge assim um novo desafio aos professores e Cursos de licenciatura da UFAL, que precisam estabelecer um trabalho em conjunto com os demais profissionais da saúde para se integrarem na equipe multidisciplinar. As práticas pedagógicas devem respeitar as condições físicas e psicológicas das crianças e atender as necessidades de cada uma, a fim de proporcionar para a área da Pedagogia um novo campo de atuação no estado de Alagoas.

O resgate do processo de ensino e aprendizagem para estudantes em regime de internação hospitalar apesar de ser visto pelas famílias como importante, está longe de ser compreendido como um instrumento de direito constitucional. Esta pesquisa aponta o quanto o Estado negligencia o direito

dos estudantes em tratamento de saúde em obter nos hospitais o atendimento educacional pedagógico.

Com base nos dados das entrevistas nenhum dos pais tinham conhecimento sobre o direito das crianças em receber a assistência pedagógica enquanto estão hospitalizados. Sabemos que essa assistência é fundamental para a continuidade do processo educacional, mas que também resgata a perspectiva de futuro e contribui para a recuperação física, emocional e mental do estudante em regime de internação. É de suma importância que neste espaço sejam desenvolvidas atividades lúdicas, prazerosas que mantenha estes estudantes motivados a transformar o medo, a ansiedade e a insegurança, em momentos agradáveis e de interação social, à medida que os prepara para seu reingresso na sala de aula e o convívio social e familiar.

Esta pesquisa traz a percepção da necessidade do atendimento pedagógico hospitalar de forma a proporcionar aos estudantes a ampliação do letramento e imersão na cultura e conhecimentos da sociedade. Dessa forma, além de ser garantido um direito à educação, o processo de alfabetização deste público específico é sinônimo de sobrevivência, pois nos deparamos com famílias analfabetas cuja criança se torna reincidente no hospital, simplesmente, por tomar a medicação de forma incorreta, comprometendo sua saúde e colocando assim, sua vida em risco.

A reação dos familiares ao ter acesso à informação sobre o direito de seus filhos a receberem o atendimento pedagógico no hospital, foi bem positiva, visto que, passaram a compreender melhor o trabalho desenvolvido com as crianças. Valorizam os benefícios que o atendimento educacional pedagógico no ambiente hospitalar proporciona a seus filhos, auxiliando-as no desenvolvimento educacional e na preparação para o retorno escolar. Ao redirecionar a atenção do estudante, que está voltada à rotina hospitalar, às atividades lúdicas há a promoção de momentos prazerosos, acolhedores e de bem-estar entre estudantes, profissionais e familiares.

Ressaltamos a necessidade de novos estudos em prol da Pedagogia Hospitalar, da disseminação do direito do estudante em receber atendimento educacional pedagógico em ambiente hospitalar, mas principalmente, da urgência de políticas públicas que ponham em prática os aportes legais e assegurem direitos que seguem sendo negligenciados. E quanto a nós, como

sociedade, que possamos lutar reivindicando a efetivação desses direitos ao estudante hospitalizado e do campo de atuação do professor no hospital.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)**: Lei no 13.716, de 24 de setembro de 2018, passa a vigorar Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, com novo artigo. Planalto casa civil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/Lei/L13716.htm> Acesso em: 17 fev. 2024.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)**. 4ª edição, atualizada até abril de 2020. [s.l.: s.n.]. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/572694/Lei_diretrizes_bases_4ed.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 17 fev. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Classe Hospitalar e Atendimento Pedagógico Domiciliar**: estratégias e orientações. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/livro9.pdf>> Acesso em: 17 fev. 2024

DOS SANTOS, R. B.; DA CONCEIÇÃO, C.; CAVALCANTE, T. C. A importância da classe hospitalar Semear do Recife no processo de continuidade da escolarização dos estudantes/pacientes com câncer. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 100, n. 256, 18 jun. 2019.

FONSECA, E. S. **Classe hospitalar**: ação sistemática na atenção às necessidades pedagógico-educacionais de crianças e adolescentes hospitalizados. Disponível em: <http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/classehospitalar_e_neida.pdf>. Acesso em: 18 fev. 2024

FONSECA, E. S. A situação brasileira do atendimento pedagógico-educacional hospitalar. **Educação e Pesquisa**, v. 25, n. 1, p. 117–129, jun. 1999

FONTES, R. DE S. A escuta pedagógica à criança hospitalizada: discutindo o papel da educação no hospital. **Revista Brasileira de Educação**, n. 29, p. 119–138, ago. 2005.

LIMA, Renata Souza de; PRADO, Edna Cristina do. Classes hospitalares na Região Nordeste do Brasil: um direito constitucional. **Diversitas Journal**, [S. l.], v. 6, n. 1, p. 1363-1383, 2021. DOI: 10.17648/diversitas-journal-v6i1-1657. Disponível em: https://www.diversitasjournal.com.br/diversitas_journal/article/view/1657. Acesso em: 28 mar. 2025.

MATOS, Elizete Lúcia Moreira; MUGIATTI, Margarida Maria Teixeira de Freitas. **Pedagogia Hospitalar: a humanização integrando educação e saúde**. 6º ed. Petrópolis, RJ. Vozes, 2012.

MEDEIROS, Milena Moura. **O direito à educação e as classes hospitalares: discurso de gestores de um hospital-escola**. 2018. 131 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pedagogia, Centro de Educação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2018.

MELO, D. C. Q; LIMA, V.M.M. Professor na Pedagogia Hospitalar: atuação e desafios. **Colloquium Humanarum**, [S. l.], v. 12, n. 2, p. 144-152, 2015. Disponível em: <<https://journal.unoeste.br/index.php/ch/article/view/1226>>. Acesso em: 25 mar. 2025.

MERCADO, E. Direito à Educação em Ambiente Hospitalar e Domiciliar para Crianças e Jovens em Tratamento de Saúde. In: MERCADO, E. et al.(org.). **Direitos da Criança Hospitalizada**. Arapiraca: Eduneal, 2022. p. 83-99.

OMS. **World Health Statistics 2022: Monitoring Health for the SDGs, Sustainable Development Goals**. Geneva: World Health Organization, 2022.

SBP. **A Criança Hospitalizada: Manual de Orientação aos Pais**. Disponível em: <<https://www.sbp.com.br/imprensa/detalhe/nid/a-crianca-hospitalizada-manual-de-orientacao-aos-pais/>>. Acesso em: 18 fev. 2024

TEIXEIRA, R. A. G. *et al.* Políticas de inclusão escolar: um estudo sobre a classe hospitalar no Brasil. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação** - v. 33, n. 2, p. 421 - 447, mai./ago. 2017. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/article/view/71105>>. Acesso em: 17 fev. 2024.

VALLE, P. R. D.; FERREIRA, J. de L. Análise De Conteúdo Na Perspectiva De Bardin: contribuições e limitações para a pesquisa qualitativa em educação. **Preprints**, 2024. DOI: 10.1590/SciELOPreprints.7697. Disponível em: <<https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/7697>>. Acesso em: 26 mar. 2025.

APÊNDICE

Roteiro de entrevista

1. Qual a faixa etária das crianças e adolescentes? tabela
2. Qual a faixa etária dos pais e responsáveis pela criança? Quadro
3. Qual o tempo de internação do estudante? tabela
4. As crianças ou adolescentes estão matriculados em alguma instituição da rede de ensino? tabela
5. Os pais ou responsáveis têm o conhecimento do direito da criança ou adolescente a receber uma assistência pedagógica enquanto está hospitalizado?
6. O estudante recebeu alguma assistência pedagógica enquanto esteve ausente da sala de aula regular/ escola, em seu domicílio ou na unidade hospitalar?
7. A unidade hospitalar tem exercido seu papel quanto ao fornecimento das informações necessárias aos estudantes em relação ao acesso a tais direitos?
8. Quais as formas utilizadas pelo hospital para divulgação da classe hospitalar/assistência educacional especial para seus filhos?
9. Quais recursos legais são utilizados para a escolarização hospitalar?
10. Os demais profissionais do hospital contribuem para que haja esse atendimento educacional aos internos?
11. Aos pacientes que possuem esta assistência educacional especial, conseguem efetuar as atividades propostas?
12. Quais as maiores dificuldades enfrentadas por todos os envolvidos para colocar em prática esse direito?
13. O estudante teve algum atraso em seu processo de escolarização por não ter condições de estar frequente na escola?
14. Os pais ou responsáveis já buscaram alguma assistência educacional para o aluno paciente no período de internação ou para assistência domiciliar por estar impossibilitado de ir à escola?
15. Qual a opinião dos pais ou responsáveis sobre a presença do pedagogo no hospital ou em domicílio?